

FORÇAS DIABÓLICAS E CRISTÃS: CONFRONTO E PODER NA CRÓNICA DE D. JOÃO I, DE FERNÃO LOPES

DIABOLICAL AND CHRISTIAN FORCES: CONFRONTATION AND POWER IN CHRONICLE OF JOHN I, BY FERNÃO LOPES

Adriana Maria de Souza Zierer
Universidade Estadual do Maranhão

Resumo: Este artigo se insere nos estudos da Nova História Política, que se volta para as relações de poder, expressos em ideias e símbolos. Através da *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes pretendeu legitimar simbolicamente a Dinastia de Avis, iniciada no governo de D. João (1383-85/1433). Neste sentido, utilizou o pensamento cristão para associá-lo a aquele monarca. Por isso, é possível analisar a construção da narrativa do cronista ligada a dois tópicos opostos, o bem e o mal. O bem (Deus) está associado a D. João, motivo pelo qual embora fosse de origem bastarda deveria ser o rei de Portugal, o que era provado, na sua concepção, por vários acontecimentos, associando-o ao messianismo e à imagem de Cristo. Já o mal (forças diabólicas) está relacionado a todos os obstáculos que tentaram impedir as ações de D. João, ligado a pessoas, como a viúva de D. Fernando, D. Leonor, que pretendia governar Portugal e o rei D. Juan de Castela, que tinha o mesmo propósito. Outro elemento do "mal", vencido pelo "bem" são as guerras enfrentadas por D. João pela tentativa de ocupação do reino pelo seu oponente castelhano. O bem vence no relato devido à eleição divina por D. João, o que é mostrado através de premonições, sinais e milagres.

Palavras-chave: D. João I, Poder, Religiosidade.

Abstract: This paper deals with the New Political History, which is concerned with the relations of power in society, expressed in its ideas and symbols. Through the *Chronicle of John I, of Portugal*, Fernão Lopes intended symbolically to legitimize the Avis dynasty, begun under the king John I (1383-85/1433). In this sense, Christian thought was used to associate it with that monarch. It is possible to analyze the construction of the chronicler's narrative connected by two opposite topics, good and evil. The good (God) is associated with John, reason by which even though from bastard origin, he should be the king of Portugal, which was proved by many events, which, from Lopes point of view, associate the new king with messianism and the figure of Christ. However, the evil (diabolical forces) are related to all the obstacles that tried to prevent the actions of John, connected to some persons, as the widow of D. Fernando, D. Leonor, who intended to govern Portugal and King Juan of Castile, which had the same purpose. Another element of "evil", won by the "good" are wars faced by John in the attempted occupation of the kingdom by his Spanish opponent. The good wins due to divine election by John, which is shown by premonitions, signs and miracles.

Keywords: King John I, of Portugal, Power, Religion.

Recebido em: 12/06/2015
Aprovado em: 01/07/2015

Introdução

Este artigo se insere nos estudos da chamada Nova História Política¹, que tem o seu olhar voltado não apenas a apresentar os eventos da História como haviam se passado, na visão tradicional veiculada por Ranke, voltada às ações dos “grandes homens”, mas a problematizar as relações de poder que ocorrem na sociedade. Neste sentido, se insere na maneira de fazer História iniciada com a História marxista e Movimento dos *Annales*, que se preocupam em questionar os documentos e decifrá-los a partir de hipóteses a serem comprovadas².

Também é necessário destacar que, segundo Bloch, o documento só responde aos questionamentos se as perguntas foram feitas pelo historiador. Além disso, as fontes, não são neutras, motivo pelo qual devemos ter um olhar de indagação e crítica sobre qual o motivo da produção de um documento numa determinada época, por quem foi encomendado, a quem ele era destinado e com qual finalidade³. Para o mesmo autor, o historiador não deve julgar os testemunhos, mas compreendê-los.

A fonte central analisada aqui é a *Crônica de D. João I*, que tinha por objetivo justificar no poder um monarca de origem bastarda e a dinastia iniciada no seu governo. Ao emitir um juízo positivo sobre o fundador dessa dinastia, a crônica também auxilia a fazer propaganda das suas ações. Neste sentido, denigre algumas pessoas e louva outras, conforme será visto ao longo do artigo. Um dos eixos do discurso cronístico para justificar a ascensão do novo monarca ao poder é a religiosidade.

Importantes estudos sobre o poder nas Idades Média e Moderna têm sido realizados nos últimos anos. Neste sentido, destaca-se a importante obra de Marc Bloch sobre a monarquia, o fundador, juntamente com Lucien Febvre, da revista *Annales* em 1929. Em *Os Reis Taumaturgos* (1924), Bloch, com inspiração na Antropologia e analisando vários tipos de fontes, analisa a crença no “milagre régio” nos atuais França e Inglaterra, quando se acreditava que, através do toque, o rei poderia curar determinas

¹ Sobre as novas abordagens da História Política, ver, entre outros, FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89. NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos Ideológicos del Poder Real en Castilla*. Madrid: EUEDEMA Universidad, 1988, Introducción, p. 19-33; BARROS, José D'Assunção. História Política: da expansão conceitual às novas conexões intradisciplinares. *Opsis*, Catalão, v. 12, n. 1, p. 29-55 - jan./jun. 2012.

² Para a compreensão do fazer histórico com base na problematização, ver CARDOSO, Ciro. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1983. Sobre o movimento dos Annales e suas ideias cf: BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001; FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1989; BURKE, Peter. *A Escola dos Annales. A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 2001.

³ BLOCH, Marc. Op. cit., p. 89-153.

doenças, como as escrófulas (tuberculose ganglionar, causada pelo leite da vaca não pasteurizado)⁴. Essa crença, vista pelo autor como um “erro coletivo”, perdurou por um longo tempo, indo na França até a Revolução Francesa.

O estudo pioneiro teve seguidores que também analisaram o caráter sobrenatural do soberano. Destaco alguns estudos, como *Os Dois Corpos do Rei*, de Ernst Kantorowicz (1957)⁵, sobre a ideia do corpo humano e divino do monarca, que é elaborada inicialmente no Medievo e se prolonga na Idade Moderna, e *A Fabricação do Rei*, de Peter Burke (1992)⁶, sobre a construção da figura régia na França através da imagem de Luís XIV.

No Brasil, grupos consolidados de pesquisa em História Medieval têm se voltado aos estudos sobre o poder em Portugal e os reis das Dinastias de Borgonha e de Avis. Neste sentido, é possível citar alguns laboratórios, como o *Scriptorium* – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos da Universidade Federal Fluminense, o *Gempo* – Grupo de Estudos Medievais Portugueses, da Universidade de São Paulo e o *Nemed* – Núcleo de Estudos Mediterrânicos, da Universidade Federal do Paraná, entre outros, tendo algumas das suas pesquisas citadas ao longo deste artigo. No Maranhão, os trabalhos na linha do imaginário político começaram a se desenvolver no *Mnemosyne* – Laboratório de História Antiga e Medieval, inicialmente com a realização de investigações de iniciação científica na Universidade Estadual do Maranhão.

Le Goff, membro da terceira geração do Movimento dos *Annales*, pertencente à corrente da chamada Nova História sugere uma “outra” maneira de se fazer a História do período medieval em *Para uma Outra Idade Média*⁷. Também defende a articulação entre realeza e poder através dos símbolos dessa instituição⁸. De acordo com este autor, a política no período medieval faz parte do domínio do sagrado⁹. Tanto este medievalista, como também Marc Bloch e outros estudiosos lembram a importante relação do monarca com o sobrenatural.

Bloch salienta que o caráter sagrado atribuído à figura régia vem desde os reis da Antiguidade Oriental, os quais eram considerados a encarnação da divindade. No Egito, por exemplo, o faraó (termo que significa a “grande casa” ou “palácio”) era o rei-deus,

⁴ BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁵ KANTOROWICZ, Ernst. *Os Dois Corpos do Rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁶ BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

⁷ LE GOFF, Jacques. *Para uma Outra Idade Média*. Petrópolis: Vozes, 2013.

⁸ LE GOFF, Jacques. A História Política Continua a ser a Espinha Dorsal da História? In: LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Estampa, 1994, p. 351-367.

⁹ *Ibid.*, p. 358-359.

encarnação de Hórus e a partir da V Dinastia, filho do Deus solar Rá, além de possuir vários outros títulos¹⁰. Na Roma imperial foi igualmente instituído o culto ao imperador. Um dos motivos da perseguição aos cristãos neste período era que estes não aceitavam adorar o imperador como um Deus.

No *Antigo Testamento* os monarcas eram ungidos pelos profetas, aspecto que foi retomado no Ocidente cristão, com a unção dos reis pelos bispos na Hispânia, a partir do século VII e no século seguinte na França, prática que se tornou comum em boa parte da Europa Ocidental na Idade Média Central.

Os reis germânicos também eram considerados ases ou semi-deuses, motivo pelo qual alguns povos, quando as colheitas não eram boas, matavam o rei e enterravam pedaços seus pelo solo, acreditando que assim conseguiriam a fertilidade da terra¹¹.

Entre os povos de origem céltica também se acreditava na relação entre o monarca e a terra, daí na matéria da Bretanha, o rei Artur possuir uma corte farta e próspera devido ao Santo Graal. Este rei, ferido mortalmente, iria, segundo o imaginário medieval, retornar algum dia e devolver a prosperidade aos seus súditos¹².

Outro rei mítico, garantidor do bom governo, era proveniente do Oriente, ligado a uma seita herética, cuja figura foi composta no século XII, provavelmente na corte de Frederico I Barba Ruiva, o Preste João das Índias. No seu imenso território, era capaz de vencer todos os inimigos, e, segundo a sua *Carta*, no seu reino todos eram virtuosos, ninguém era capaz de mentir e não era necessário o trabalho para a obtenção de alimentos¹³.

Fernão Lopes na sua crônica vai se apropriar¹⁴ de um pensamento relacionado ao fim do mundo e à expectativa de uma figura messiânica, espécie de Imperador dos Últimos Dias que vem ao mundo antes do Juízo Final. Este governante desejado por algumas seitas de

¹⁰ CARDOSO, Ciro. *Sete Olhares sobre a Antiguidade*. Brasília: Ed. UNB, 1998, p. 79.

¹¹ BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 71-72.

¹² FRANCO JR., Hilário. O Retorno de Artur: o imaginário da política e a política do imaginário no século XII. In: FRANCO JR., Hilário. *Os Três Dedos de Adão*. São Paulo: EDUSP, 2010, p. 173-192.

¹³ Sobre o mito do Preste João ver: *Carta do Preste João das Índias*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1988; FRANCO JR., Hilário. A Construção de uma Utopia: o Império do Preste João. In: FRANCO JR., Hilário. *A Eva Barbada*. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 89-105; FRANCO JR., Hilário. O Conceito de Tempo na *Epístola de João*. In: FRANCO JR., Hilário. *Os Três Dedos de Adão*. São Paulo: EDUSP, 2010, p. 131-154; ZIERER, Adriana. Paraíso Terrestre e Reino Perfeito na *Carta do Preste João das Índias*. In: ZIERER, Adriana. *Da Ilha dos Bem-Aventurados à Busca do Santo Graal: uma outra viagem pela Idade Média*. São Luís: UEMA, 2013, p. 281-287.

¹⁴ Entendo a apropriação como a nova interpretação de um discurso. (ato de comunicação linguística). Para Chartier as práticas discursivas são “produtoras de ordenamento afirmação, distâncias, divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação” CHARTIER, Roger. *A Nova História Cultural: Entre Práticas e Representações*. São Paulo: Difel, 1990, p. 27-28.

tendência herética, como os beguinos e franciscanos espirituais, é associado pelo cronista à figura de D. João I, construído no seu relato como o Messias de Lisboa. Este é o representante de Deus e do bem, contra o mal, associado à figura de D. Juan de Castela.

A figura de reis messiânicos aparece na Península Ibérica, segundo Nieto Soria, em momentos de crise, vistos como “salvadores” e ligados a um incipiente “sentimento nacional”¹⁵. Este pesquisador também salienta o papel da *propaganda* relacionada à figura régia. Embora este termo não fosse utilizado no medievo, houve uma forma de atuação, segundo o estudioso espanhol, que hoje pode ser entendida através deste termo¹⁶. Nieto a define através de um conjunto de processos de comunicação pelos quais se difundem valores e crenças¹⁷. Segundo a sua concepção, o sentimento religioso na Baixa Idade Média foi um dos meios efetivos de *propaganda política*¹⁸.

A ideia do rei salvador ou oculto, que tem ligações com os reis do Antigo Testamento está associada com alguns monarcas, como o mítico rei Artur, que teoricamente após o ferimento mortal que o vitimou voltará um dia para trazer uma nova era de prosperidade e abundância, o imperador Frederico Barba Ruiva, e em Portugal, a figura de D. Sebastião¹⁹. Outros monarcas portugueses estão vinculados a atributos messiânicos, como Afonso Henriques e D. João I²⁰.

Com relação aos monarcas ibéricos no medievo, na maior parte das vezes eram aclamados, em vez de serem ungidos com os santos óleos. Mas mesmo assim também se acreditava que possuíam caráter mágico curando determinadas doenças, como a possessão demoníaca²¹. A eles era atribuído ainda o poder de destruir o mal com o seu olhar e de estar relacionados a alguns animais, como o leão, daí se esperar que, com a morte do governante, poderia haver períodos de desestabilização da ordem, em virtude da associação do monarca ao divino²².

¹⁵ NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos Ideológicos del Poder Real en Castilla*. Madrid: EUEMA Universidad, 1988, p. 72.

¹⁶ *Ibid.*, p. 41.

¹⁷ *Ibid.*, p. 42.

¹⁸ *Ibid.*, p. 43.

¹⁹ DELUMEAU, Jean. *Mil Anos de Felicidade*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 66-69; p. 182-185.

²⁰ ZIERER, Adriana. Afonso Henriques, D. João e D. Sebastião: O Messianismo na Legitimação Simbólica da Dinastia de Avis. In: VIEIRA, Ana Livia B. e ZIERER, Adriana (Orgs.). *História Antiga e Medieval. Rupturas, Transformações e Permanências: sociedade e imaginário*. São Luís: Ed.UEMA, 2009, v. 2, p. 49-74.

²¹ NIETO SORIA, Op. cit., p. 67-69.

²² GOMES, Rita. A Reflexão Antropológica na História da Realeza Medieval. *Etnográfica*, v. II (1), 1988, p. 137-138.

Aspectos da Crónica de D. João I e o Imaginário Político

A *Crónica de D. João I* foi confeccionada por Fernão Lopes junto com outras crônicas dos reis portugueses a partir do reinado de D. Duarte (1433-1438), sucessor daquele monarca. No entanto, Lopes já exercia as atividades de cronista anteriormente, pois desde 1418 recebia uma tença anual para colocar em crônica a vida dos reis portugueses. Filólogos importantes, como Lidley Cintra e Silva Tarouca afirmam que a *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal* (ou *Crónica de 1419*), considerada anônima, também é provavelmente, de sua autoria²³.

O objetivo da crônica dirigida a Dom João era legitimar a Dinastia de Avis através da figura do seu primeiro monarca, apresentando uma visão positiva sobre o seu reinado, o que representaria uma propaganda política das suas ações. Lopes (c. 1380/90-1459) é considerado arguto e teria usado técnicas investigativas para confirmar os dados, como, por exemplo, ir a túmulos verificar inscrições. Outra prática adotada pelo cronista foi a de recolher depoimentos²⁴. Os seus métodos, por isso, o aproximam da atual ação dos historiadores. Também tinha acesso privilegiado aos documentos, pois exerceu as funções de escrivão, tabelião, cronista e guarda-mor da Torre do Tombo, função que equivaleria atualmente ao cargo de Chefe do Arquivo Geral do Estado²⁵.

Entre as suas fontes estão crônicas portuguesas perdidas como a de Martim Afonso de Melo e do Dr. Christophorus, além da *Crónica do Condestabre*, relato anônimo sobre a figura de Nuno Álvares Pereira. Esta teria sido, de acordo com os especialistas, a obra mais utilizada pelo cronista, que por vezes cita trechos literais da mesma e acrescentou à sua, embora não mencione²⁶.

Porém o seu relato é partidário, encomendado pela corte régia e tem por propósito central a valorização do primeiro monarca avisino e da dinastia criada por ele, como já mencionado. A obra foi escrita já após a morte de D. João, mas tudo indica que seu conteúdo tenha circulado oralmente e contribuído para a construção de uma imagem

²³ LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe. (org. e coord.). *Dicionário de Literatura Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993, p. 186.

²⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira. Fernão Lopes. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1976, p. 57.

²⁵ SARAIVA, A.J. Introdução. In: *As Crônicas de Fernão Lopes*. Lisboa: Gradiva, 1997, p. 17.

²⁶ AMADO, Teresa. *Fernão Lopes, contador de História*. Lisboa: Estampa, 1991, p. 51; MALEVAL, Maria do Amparo T. *Fernão Lopes e a Retórica Medieval*. Niterói: Eduff, 2010, p. 59.

positiva sobre o seu fundador. O certo é que os esforços de Lopes no conjunto de suas atividades foram recompensados, na medida em que foi nobilitado pelo rei D. João no ano da morte do soberano, em 1433.

A escrita do cronista constitui-se num relato é vivo e movimentado dos fatos e um elemento importante é a participação popular nos acontecimentos, preocupação da historiografia contemporânea, que procura não voltar o seu olhar somente aos “grandes”, ao contrário dos historiadores do século XIX (história metódica). Isso torna o estudo da obra de Lopes e em especial a *Crónica de D. João I*, mais um elemento interessante para os pesquisadores da atualidade. O cronista possuía proveniência humilde; foi filho de um mesteiral ou de camponeses que habitavam os arredores de Lisboa e apresenta no relato uma simpatia pela população em geral.

Embora a crônica tenha sido publicada em 1644, tudo leva a crer que seu conteúdo já circulava oralmente em ambientes públicos no próprio século XV. Um exemplo é que após apenas quinze anos após a morte de D. João este já era conhecido como “pai dos portugueses”²⁷, o que parece ter alguma influência da visão de Lopes. A crônica pode ter sido utilizada na instrução do comportamento dos nobres, sendo possível que fosse lida na corte²⁸.

Ela dialoga com outras obras do cronista como a *Crónica de D. Pedro*, pai de D. João. Naquele relato Fernão Lopes procura argumentar que o casamento do monarca com Inês de Castro nunca se efetivou, o que diminuiria as chances de que os filhos dessa união pleiteassem o trono após a morte de D. Fernando. Tal assertiva visava ser mais uma justificativa para a ascensão ao poder de D. João, após a morte do irmão, segundo a *Crónica de D. João I*.

Quanto à *Crónica de D. Fernando*, Lopes costuma apresentar este monarca como fraco, que teria feito uma má administração, devido às três guerras contra Castela que não venceu, além de ter assinado o Tratado de Salvaterra dos Magos e feito um mau casamento com D. Leonor Telles, que segundo o cronista tinha o “dom da formosura”²⁹

²⁷ SOUSA, Armino de. D. João I. In: MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, s/d, v. II, p. 497.

²⁸ MONTEIRO, João Gouveia. *Fernão Lopes. Texto e Contexto*. Coimbra: Minerva, 1988, p. 119; VIEIRA, Ana Carolina Delgado. “*Como he doce cousa reinar*”: a construção de uma dinastia sob a ótica de Fernão Lopes. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011, p. 124.

²⁹ FERNÃO LOPES. *Crónica de D. João I*. Ed. preparada por M. P. Lopes de Almeida e Magalhães Basto. Lisboa: Livraria Civilização, 1990, v. I, p. 35. Dorante será citada com a abreviação: CDJ.

e “prazível graça”³⁰, embora fosse “má mulher”³¹, o que pode ter contribuído, na visão da época, para o que foi considerado a má administração do esposo³². Apesar de poder ser considerada portuguesa, provavelmente oriunda da província de Trás-os-Montes³³, “aparece na narrativa de Lopes claramente identificada com as mulheres castelhanas consideradas inimigas dos portugueses”³⁴.

A *Crónica de D. João I* foi produzida entre 1440-1448, e é dividida em duas partes. A terceira referente à tomada de Ceuta foi feita por Zurara. Foi confeccionada numa época conturbada, relacionada a problemas entre o rei Afonso V e seu tio, o regente Infante dom Pedro (1441-1448). Afonso V foi instigado por alguns grupos contra D. Pedro, o qual foi se encontrar com o rei armado e foi morto na Batalha de Alfarrobeira (1449). Tudo leva a crer que Fernão Lopes tenha sido partidário do infante, motivo pelo qual foi aposentado do cargo de cronista pelo rei, com a justificativa que estaria “velho e fraco”.

Entendo que este trabalho se insere na *História do Imaginário*, que trata das relações dos seres humanos entre si, com Deus e com o invisível³⁵. Le Goff salienta que o imaginário vai além do conceito de representação e tem relações com o simbólico e o ideológico³⁶. Este imaginário no documento analisado tem por objetivo o fortalecimento de um grupo político no poder, a Dinastia de Avis, através da circulação de ideias que

³⁰ CDJ, I, p. 36.

³¹ FERNÃO LOPES. *Crónica de El-Rei D. Fernando*. In: *As Crónicas de Fernão Lopes*. Edição de António José Saraiva. Lisboa: Gradiva, 1997, p. 76. Dorante será citada com a abreviação: CDF

³² Para uma releitura sobre o governo de D. Fernando, contrária à tradicional visão de Fernão Lopes, ver artigo de MARTINS em NOGUEIRA, Carlos (org.). *O Portugal Medieval*. São Paulo: Alameda, 2010. Sobre uma leitura mais crítica acerca da rainha Leonor Teles, cf: OLIVEIRA, Ana Rodrigues. *Rainhas Medievais de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, p. 309-364; MARTINS, Armando Alberto. *D. Leonor Teles*. Lisboa: Academia Portuguesa de História/Quidnovi, 2011; COSER, Miriam. Biografia e Gênero: abordagens historiográficas da rainha regente Leonor Teles, Portugal – século XV. *Recôncavo*. Revista de História da UNIABEU, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, julh-dez 2013, p. 87-98.

³³ De acordo com Oliveira, são desconhecidos o ano e o local do seu nascimento. Descendia por parte do pai do rei Fruela II, das Astúrias e Leão, e por sua mãe de Teresa Sanches, filha bastarda do rei Sancho I. Alguns documentos atribuem o seu nascimento a Trás-os-Montes, mas não há tradição local relacionada com D. Leonor e sua família, cujos progenitores se radicaram em Castela desde cerca de 1340. OLIVEIRA, Ana Rodrigues. *Rainhas Medievais de Portugal*, p. 309.

³⁴ COSER, Miriam. op. cit., p. 90.

³⁵ SCHMITT, Jean Claude. “Idade Média: Ontem e Hoje/ Iconografia Medieval”. Conferência realizada na Universidade Federal Fluminense em 30/09/1997. Ver também sobre o conceito de imaginário, SCHMITT, Jean-Claude. *O Corpo das Imagens*. São Paulo: EDUSC, p. 351-355.

³⁶ LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*, p. 11-12. Para DUBY, as ideologias podem ser globalizantes, estabilizadoras, conservadoras, deformantes e concorrentes. DUBY, Georges. “História Social e Ideologias das Sociedades”. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p.131-134. Alguns autores propõem também a associação entre os conceitos de mentalidade e o de ideologia. Ver MARTIN, Hervé. *Mentalités Médiévales XI-XV siècle*. Paris: Nouvelle Clio/PUF, 1996. VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

visaram consolidar e justificar o primeiro monarca desse grupo, daí a pesquisa estar inserida na *História do Imaginário Político*.

Ao longo do texto será analisada a figura de D. João associado ao messianismo e à figura divina, enquanto os seus opositores, segundo o relato do cronista Fernão Lopes, são vistos como a representação do Anticristo. Já o monarca luso é vinculado ao Messias de Lisboa, com analogias a Cristo e possuindo elementos dos reis do Antigo Testamento.

Segundo Henri Desroche, o messianismo pode ser entendido como “a crença religiosa na vinda de um Redentor que porá fim à ordem atual das coisas, quer seja de maneira universal ou por meio de um grupo isolado, e que instaurará uma nova ordem feita de justiça e de felicidade³⁷”.

O Messias, associado a dom João I, reúne os seguintes elementos:

- a) um *predestinado para ser rei* através de *sinais* claros emanados por Deus.
- b) um *eleito de Deus* para governar, o que é confirmado através de uma série de *milagres* descritos na *Crónica de D. João I*;
- c) um *rei ideal, chefe político terrestre* que instaura um novo período de felicidade, que na *Crónica de Dom João I* é chamado de a *Sétima Idade*.

Analisarei o messianismo relacionado a D. João e a propaganda política do seu governo, através das redes de oposição entre os bons *versus* os maus portugueses, que serão analisadas ao longo deste artigo.

Principais Acontecimentos da *Crónica de D. João I*: A Sucessão de D. Fernando

Com a morte do seu irmão, o rei D. Fernando (1367-1383) sem herdeiros masculinos, abriu-se a possibilidade para que D. João, então Mestre de Avis, assumisse o reino, embora fosse de origem bastarda. Outros candidatos principais ao trono eram a viúva do rei, D. Leonor, identificada com os interesses castelhanos, e o rei de Castela, D. Juan, que era casado com a filha de D. Fernando, a qual era ainda muito jovem e por isso, ainda não havia descendente de ambos.

É bom lembrar que após conflito entre Portugal e o reino vizinho foi assinado o Tratado de Salvaterra dos Magos, prevendo que o descendente dos dois soberanos seria o

³⁷ DESROCHE, Henri. *Dicionário de Messianismos e Milenarismos*. São Bernardo do Campo: UMESP, 2000. p. 20.

governante do reino luso. Boa parte da nobreza portuguesa, ainda com caráter peninsular e sem apego ao chamado “sentimento de nacionalidade” era partidária do rei de Castela³⁸. Já o Mestre de Avis era apoiado pela nobreza secundogênita, representada na figura de seu comandante militar, Nuno Álvares Pereira, a população pobre de Lisboa e os comerciantes.

D. João chegou ao poder inicialmente como regedor em 1383 e foi eleito nas cortes de Coimbra como monarca, em 1385. Ficou conhecido mais tarde com o epíteto de rei da Boa Memória e com certeza o retrato feito dele a partir de Fernão Lopes contribuiu com esta imagem. No seu relato o cronista constrói a ideia de uma luta entre o bem e o mal, estando o bem e o cristianismo ao lado de D. João de Portugal, o que foi explicado por ele com base em vários sinais e milagres que, segundo o cronista, eram indícios da eleição divina desse monarca.

Com a morte de D. Fernando, a viúva D. Leonor pretendia assumir o poder e foi apoiada pelo Conde de Andeiro, apontado pelo cronista como seu amante. Segundo Coser, D. Leonor é associada por Lopes à figura de Eva³⁹. O fato de possuir um amante, segundo o cronista, criava a possibilidade de se acreditar que D. Beatriz não era filha do rei D. Fernando, daí o fato das pretensões do rei de Castela relativas a governar Portugal não serem justas.

Já num outro relato de Lopes e que dialoga com este, a *Crónica de D. Fernando*, membros da corte rei ficam impressionados com o fato de o soberano querer se casar com uma dama já casada: “[...] não queriam perder um tão bom rei por uma *má mulher* que o tinha *enfeitizado*”⁴⁰ (grifos nossos), sendo o matrimônio daquela anulado para que pudesse desposar D. Fernando. Efetivamente este enlace ocorreu de forma escondida em 1371, só sendo comunicado à população um ano depois.

O povo, incomodado com a situação econômica no reino, dentro do contexto do século XIV, marcado por Peste, inflação e fome, e revoltado com o casamento, fez movimentos chamados uniões, nos anos de 1372-1375 em algumas cidades portuguesas⁴¹.

³⁸ O posicionamento da nobreza tradicional portuguesa era que a nobreza ibérica era um grupo único, o que era reforçado por laços familiares e no combate contra os muçulmanos, conforme relatado em obras como a *Crónica Geral de Espanha de 1344* e no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. SARAIVA, António José. *Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1988, p. 168.

³⁹ COSER, Miriam. Modelo Mariano e Relações de Poder na Dinastia de Avis. In: XXVI Simpósio Nacional de História. *Anais ...* São Paulo, julho de 2011, p. 6-8.

⁴⁰ CDF, p. 76.

⁴¹ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 28-29.

Na crônica de Lopes sobre D. Fernando aparece que antes da sua morte havia ficado arrependido pelo casamento e afirmava que teria que dar conta de seus atos no Além⁴².

Outro aspecto interessante é que o cronista, na *Crônica de D. João* critica o monarca anterior, afirmando que aquele havia gasto os recursos amealhados no governo de seu pai, D. Pedro (1357-1367), com guerras vãs, levando a problemas financeiros no reino:

Tanto trabalhou elRei Dom Fernamdo de os gastar [os recursos] sem neçesidade per vaãs guerras e sem proveito! E nom somente fatou todollos tesouros que lhe dos outros reis ficaram, mas lamçou novamente ssisas, e mudou moedas em grande dampno e destroiçom de todo seu poboo; de guisa que quando ho Meestre tomou carrego de rregedor e deffemssor dos rreinos, nom tinha nehuũa cousa com que manter guerra, nem de que fizesse bem e merçee aquelles que sse a ell chegavom pera o ajudar a deffemder [...] ⁴³. (grifos nossos)

Essa justificativa do cronista para os poucos recursos na época de D. João critica o seu antecessor e ao mesmo tempo justifica impostos lançados no seu governo para obter divisas.

Segundo Lopes, D. João, após a morte de D. Fernando, pensava em deixar Portugal, mas é convencido a ficar e toma uma atitude de protagonista contra os planos de D. Leonor: junto com outros é o responsável pelo assassinato do Conde de Andeiro. Depois vai até o palácio da rainha pedir perdão, mas a mesma não concede. O cronista sempre insiste no fato de que D. João era “filho de rei”⁴⁴, de forma a encobrir o fato que era bastardo. D. Leonor perde a sustentação em Portugal e por não apoiar as pretensões do genro, acaba prisioneira no Mosteiro de Tordesilhas, em Castela, morrendo em 1386.

No intuito de assumir trono, D. Juan, rei de Castela e esposo da filha de D. Fernando, ataca o reino em 1384, quando ocorre o cerco de Lisboa. No entanto, os castelhanos acabam por baixar o cerco e retornam a Castela. D. Nuno, comandante militar de D. João, vence várias batalhas, como a de Atoleiros. Mais tarde ocorre a batalha principal que segundo Fernão Lopes coroa a ascensão do novo monarca no poder: a Batalha de Aljubarrota, em 1385. Apesar de esta contenda ser vista como a representação da paz e do desejo divino, a guerra se prolonga e a paz entre os dois reinos só ocorre em 1411.

⁴² CDF, p. 138.

⁴³ CDJ, I, p. 98-99.

⁴⁴ CDJ, I, p. 31.

Os embates entre os dois grupos (povo do “Messias” de Lisboa *versus* apoiantes do rei de Castela) serão resolvidos principalmente nas guerras, como o cerco de Lisboa e as batalhas de Atoleiros e Aljubarrota em 1384 e 1385. A vitória dos partidários de D. João nas armas foi apresentada pelo cronista como afirmação da simpatia divina pelos “bons” portugueses.

Segundo Cardoso e Vainfas (1997) o estudo de redes de oposição de vocábulos é uma possibilidade de análise que nos permite compreender alguns sentidos na documentação⁴⁵. Apontarei agora os elementos associados a uma oposição de conceitos, relacionados aos campos semânticos Deus e o Diabo para a compreensão do relato do cronista.

1. Deus e o Diabo no Contexto Religioso: o Papa de Avignon, o Papa de Roma, o Anticristo e o Messias

A *Crónica de D. João I* é redigida num contexto de disputa religiosa dentro da Igreja Católica. Foi a época do Cisma do Ocidente com dois papas, o de Avignon e o de Roma. Seguindo o esquema de bem *versus* mal do relato, o cronista identifica o papa de Roma como o bom papa e o de Avignon como o antipapa. Neste sentido, na medida em que D. João I apoiava o papa de Roma, é visto não somente como bom cristão, mas também como defensor do cristianismo. Qualquer agressão a D. João de Portugal é considerada como contrária aos interesses da Igreja, segundo o cronista. Como D. Juan era partidário do papa de Avignon, é apresentado como mau cristão e por este motivo não merecia, na ótica da crônica, a realização do seu intuito de se tornar rei de Portugal.

Interessante observar que durante o governo de D. Fernando, a posição do monarca não foi homogênea, apoiando ora o papa de Roma, ora o de Avignon, no que não foi criticado por Lopes, que também escreveu a *Crónica de D. Fernando*. Mas ao escrever o relato referente a D. João, apoiar o papa de Roma se torna uma virtude e uma qualidade do Mestre de Avis, ao passo que D. Juan de Castela, por apoiar o papa de Avignon, é apresentado como

⁴⁵ CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de Textos. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo: *Domínios da História*, Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 375-415.

“herege cismático”⁴⁶ ou “traidor cismático”⁴⁷. É bom reforçar que para o contexto da época não havia a noção de papa legítimo/ilegítimo conforme afirma o cronista.

D. Juan é uma espécie de simbolização do mal no relato de Lopes e quase que se aproxima naquele documento da concepção sobre os muçulmanos, vistos como a representação negativa e diabólica que deveria ser combatida pelos cristãos através das Cruzadas. O Diabo no pensamento cristão é o opositor de Deus, identificado com Lúcifer, o anjo que quis se igualar ao Senhor e que ao longo da Idade Média Central e Baixa Idade Média ganha características cada vez mais assustadoras e animalizadoras na iconografia, passando a portar rabo, chifres e asas de morcego⁴⁸.

Na Baixa Idade Média o seu poder é redimensionado e Satã começa a ser visto como soberano do Reino do Mal, o Inferno, localizado no abismo do mundo, no seu interior, em baixo, local escuro e muito quente onde as almas que não se arrependeram antes da morte arderão por toda a eternidade. O Diabo também passa a portar os atributos da função régia na iconografia, como coroa e cetro, além de ser retratado de maneira frontal e sentado num trono⁴⁹.

Em oposição, Deus é o soberano do mundo celeste para onde os humanos irão após esta vida atribulada, principalmente aqueles que tiveram um comportamento distante das coisas materiais, se preocuparam com a pureza de seus corpos, com ações cristãs e o auxílio aos pobres. No Paraíso os eleitos participam da comunidade da igreja celeste, na companhia de anjos e santos, além de terem acesso pleno à presença divina⁵⁰.

No contexto do Movimento de Avis e na visão de Fernão Lopes D. Juan de Castela era não somente mau cristão, mas também representante do “Anticristo”, termo usado por ele no capítulo cento e vinte e três da primeira parte de sua crônica. Como o período do século XIV e início do XV foi marcado por mudanças climáticas, doenças e tensões sociais, aumentava o medo das descrições sobre Satã e se acreditava que os quatro

⁴⁶ CDJ, I, p. 343. Muitas vezes a expressão aparece no relato no plural, “hereges cismáticos”, representando D. Juan e aqueles que o apoiavam. Quanto à rainha D. Leonor, de acordo com Coser, também é vista por Lopes, como “herética cismática”, por ter comungado, de acordo com o cronista, de uma hóstia que não era sagrada COSER, Miriam. Modelo Mariano e Relações de Poder na Dinastia de Avis. In: XXVI Simpósio Nacional de História. *Anais ...* São Paulo, julho de 2011, p. 7.

⁴⁷ CDJ, I, p. 86.

⁴⁸ BASCHET, Jérôme. Diabo. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (coord). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial do Estado, vol I, 2002, p. 322.

⁴⁹ BASCHET, Jérôme. *A Civilização feudal*. São Paulo: Globo, 2006, p. 386.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 401-402.

cavaleiros do Apocalipse (a guerra, fome, peste e morte) estavam próximos, bem como o Juízo Final, quando haveria a separação definitiva dos justos e dos danados. Daí o momento propício para a crença que D. João era o representante da divindade contra o mal. O Anticristo na *Bíblia* está associado à Besta e às figuras do dragão e do tirano:

“Apareceu então outro sinal no céu: um grande Dragão, cor de fogo, com sete cabeças e dez chifres, tendo sobre as cabeças sete diademas; sua cauda arrastava um terço das estrelas do céu, lançando-as para a terra”⁵¹. A Besta do Apocalipse é derrotada definitivamente no final dos tempos por Cristo, que acompanhado de seus anjos e santos, vem para julgar a humanidade e separar os bons e maus na Parusia, iniciando o Reino de Deus na terra.

De acordo com as revelações de São João:

Vi também descer do céu, de junto de Deus, a Cidade santa, uma Jerusalém nova, pronta como uma esposa que se enfeitou para o seu marido. Nisto ouvi uma voz forte que, do trono, dizia:
Eis a tenda de Deus com os homens.
Ele habitará com eles;
Eles serão o seu povo,
E ele, Deus com eles, será o seu Deus.⁵²

Portanto, após o derradeiro Julgamento a população será dividida definitivamente entre os bons e maus, tendo os primeiros a graça divina e felicidade eternas e os maus, precipitados no fogo do Inferno, o sofrimento por todo o sempre.

Sobre a existência de duas forças antagônicas, lutando pelo reino luso, Lopes afirma que isso ocorria pelas faltas dos portugueses, como pode ser visto a seguir, quando compara a guerra empreendida por Castela, à vinda do Anticristo:

*por nossos pecados (o reino português) he ora deviso em duas partes, de guisa que a viinda do Amtechristo, nom podia em ell fazer moor devisom do que ora esta terra esta; ca os Castellaãos som todos contra Portugall, e a moor parte dos Portugueses segumdo bem veedes*⁵³. (grifos nossos)

O trecho da crônica mostra esta divisão entre bem e mal, estando o monarca castelhano e os portugueses que o apoiavam explicitamente relacionados às forças diabólicas. Já o Mestre de Avis, D. João, é apresentado como o “Messias” de Lisboa, aquele que vinha livrar a população do domínio castelhano e instaurar uma nova era,

⁵¹ *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo, Paulus, 1995, Ap. 12, 3-4.

⁵² *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo, Paulus, 1995, Ap. 21, 1-3.

⁵³ CDJ, I, cap. 123, p. 240.

chamada pelo cronista de a Sétima Idade, como será explicada adiante, entendida por ele como um período de “novos tempos” e de esperança para a população humilde.

Havia nesta época uma expectativa por alguns grupos em Portugal, como os beguinos e franciscanos espirituais, entre outros, da vinda de um rei messiânico, uma espécie de Imperador dos Últimos Dias para trazer a felicidade. Esta figura foi descrita nas chamadas sibilinas cristãs, que previam a sua chegada para combater o Anticristo antes do segundo retorno do Salvador⁵⁴. As ideias sobre um novo tempo, e de combate e vitória contra opositor de Cristo também foram difundidas pelo pensamento joaquimita⁵⁵ (relacionado ao monge Joaquim de Fiore)⁵⁶, sendo absorvidas no relato de Lopes.

Isso ocorreu possivelmente devido a algumas instabilidades dos séculos XIV e XV, como a Peste Negra, fomes, inflação e, além disso, crise religiosa (em virtude do Cisma do Ocidente). Tais elementos levaram alguns indivíduos ao anseio por uma figura reformadora. Além disso, muitos acreditavam também na possibilidade próxima do final do mundo, daí o uso dessas expectativas na crônica de Lopes, associadas à imagem de D. João, o “Messias” de Lisboa.

Fernão Lopes elabora a imagem do Mestre de Avis como o escolhido de Deus. O governante luso na sua crônica é visto como uma espécie de soberano esperado, associado à ideia do Imperador dos Últimos Dias que aparece no mundo antes do final dos tempos, estabelecendo um reino perfeito. Em vários trechos do relato, o regedor e depois rei de Portugal, bem como o seu comandante militar, são associados a figuras bíblicas, como veremos adiante.

As vitórias militares que D. João obtém, coroadas com a Batalha de Aljubarrota, parecem confirmar a preferência divina pelo seu partido, o que auxiliava nos escritos do cronista a uma justificativa não somente do iniciador da Dinastia de Avis, mas também

⁵⁴ DELUMEAU, Jean. *Mil Anos de felicidade. Uma História do Paraíso*, p. 32-33.

⁵⁵ Segundo Guimarães, um elemento a confirmar a presença das ideias joaquimitas na Península Ibérica é a pregação de Arnaldo Villanova na corte do rei D. Pedro III, de Aragão, pai da rainha santa Isabel de Portugal (1270-1336). GUIMARÃES, Marcela L. A Sétima Idade de Fernão Lopes: novo tempo para os Príncipes de Avis? In: DORÉ, A.; LIMA, L.F.S.; SILVA, L.G. *Facetas do Império na História: conceitos e métodos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 208.

⁵⁶ Joaquim de Fiore (m. 1202) foi um monge calabrés que pregava a existência de três Idades, a do Pai, a do Filho e a do Espírito Santo, sendo a última Idade considerada uma era de renovação, na qual os monges conduziriam os humanos a uma nova era de felicidade. Os escritos de Joaquim após a sua morte foram considerados heréticos, mas tiveram grande importância e o monge também falava bastante do Anticristo, que viria assolar a terra antes da era de felicidade, que para ele começaria em 1260.

de todos os seus descendentes. Outro elemento que mostra essa preferência divina são os milagres que ocorrem ao longo da crônica em favor de D. João.

A partir dos subtópicos seguintes, observaremos alguns pares de oposição que enfatizam o embate entre as forças diabólicas e cristãs na obra lopesiana, entendidas como uma defesa do cronista para um rei de origem bastarda atingir a soberania política. É bom lembrar que uma das justificativas de Lopes é o carisma do poder possuído pelo Mestre de Avis, as suas qualidades de chefe, governante escolhido por Deus, suprimindo a falta do carisma de sangue.

No seu relato evita dizer que D. João não é legítimo, insistindo sempre que era o “filho do rei D. Pedro”. Logo no início do manuscrito, Fernão Lopes afirma que “o *Mestre de Avis, filho del Rei dom Pedro* [...] era “*bom cavaleiro*” e seria o candidato ideal para a “*defesa do reino*” contra a investida do rei de Castela, que “como soubera que elRei dom Fernando era morto, juntava gentes para *entrar poderosamente no reino.*”⁵⁷ (grifos nossos)

Este trecho já nos mostra a intenção de Fernão Lopes em apresentar D. João como o grande defensor de Portugal contra o inimigo invasor castelhano que “juntava gentes para entrar poderosamente no reino”. Ao mesmo tempo reforça a visão de que o Mestre era “filho do rei”, ou melhor, “filho do rei D. Pedro” e, por este motivo, poderia não somente proteger o território luso, como alcançar a soberania política.

1.1. Bons e Maus Portugueses segundo a *Crónica*

O cronista parece dividir a população em dois grupos. Os bons são compostos principalmente pelos humildes, chamados pelo cronista de o povo do “Messias” de Lisboa, a arraia-miúda, os “verdadeiros” portugueses⁵⁸:

Desta guisa que avees ouvido, se levantaram os poboos em outros logares, seemdo grande çisma e divisom amtre os grandes e os pequenos./O quall, ajuntamento dos pequenos poboos, que sse estomçe assijuntava, chamavom naquell tempo *arraya meuda*. Os *grandes aa primeira escarneçemdo dos pequenos, chamavõ-lhe pobboo do Mexias de Lisboa, que cuidavom que os avia de rremiir da sogeiçõ delRei de Castela.*⁵⁹ (grifo nosso)

⁵⁷ CDJ, I, p. 10.

⁵⁸ CDJ, I, p. 93, CDJ, I, p. 94. Por vezes o cronista individualiza e cita os personagens como o nobre Rui Pereira que morre por ocasião do cerco de Lisboa, que além de nomeado como “bom português” é também chamado de “mártir”, CDJ, I, p. 262-263.

⁵⁹ CDJ, I, cap. XLIII, p. 86.

Como pode ser inferido, são os “pequenos” que aderem à causa do Mestre de Avis. Esta “causa”, no entender de Lopes, era a defesa do reino e a não aceitação a “sujeição ao rei de Castela”, o que coloca a posição de D. João como a de um protetor, estimulando um nascente sentimento de pertencimento ao território português por parte da população.

É importante salientar que o próprio redator da crônica possui origem humilde e que vê com simpatia este grupo, o qual, no entanto, segundo a sua descrição, comete excessos no início do Movimento de Avis, matando a abadessa de Évora e o bispo de Lisboa. Daí que os grandes heróis desse relato são D. João e seu comandante militar, D. Nuno, capazes de direcionar esse contingente populacional à “causa” de Portugal.

No mais podemos dizer que os “miúdos” são gente simples, composta por jornaleiros, serviçais, assalariados dos mestres, um conjunto heterogêneo com poucos recursos, responsáveis por motins e insurreições e favoráveis ao Mestre⁶⁰.

Outros “bons portugueses”, segundo o cronista, são os *nobres secundogênitos* que dão apoio a D. João. Estes são principalmente cavaleiros e escudeiros, muitos dos quais bastardos, membros das ordens militares e que viam no apoio ao projeto “aventureiro” de D. João, a possibilidade de ascensão política⁶¹. De acordo com Fernandes, D. Nuno, representante deste grupo, aproveitou o momento político para se sobressair e melhorar a sua condição, conseguindo através da atuação bélica aumentar o seu patrimônio e o seu papel⁶².

Esses bons portugueses estão sintetizados no relato lopesiano, na imagem do bom cavaleiro e bom cristão D. Nuno, cristão exemplar, sempre vencedor das pelejas. O comandante militar de D. João possui uma série de atributos positivos: por exemplo, antes da primeira importante vitória portuguesa contra Castela, a Batalha de Atoleiros, em 1384, fez uma peregrinação a pé até a Igreja de Santa Maria de Assumar, o que indicava a sua piedade, e inclusive na juventude não queria se casar, preferindo ficar virgem, mas acabou contraindo matrimônio por imposição do pai.

O condestável é o braço direito e o complemento de D. João na ação. Enquanto este último é mais ponderado, o primeiro é impetuoso e auxilia o governante português a vencer os combates. Ao mesmo tempo, segundo a visão de Lopes, é totalmente submisso a D.

⁶⁰ BEIRANTE, Maria Ângela. *As Estruturas Sociais em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984, p. 51.

⁶¹ MONTEIRO, João Gouveia. *Fernão Lopes. Texto e Contexto*. Coimbra: Minerva, 1988, p. 40-41.

⁶² FERNANDES, Fátima. A construção da sociedade política de Avis à luz da trajetória de Nuno de Alvares Pereira. In: VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. A Guerra e a Sociedade na Idade Média (2008). *Actas*. Campo Militar de S. Jorge/Porto de Mós/Alcobaça/Batalha, 2009, p. 427.

João, motivo pelo qual é um modelo de nobre desejado pela Dinastia de Avis. Um exemplo importante disso é quando ainda antes de D. João se tornar rei, D. Nuno se ajoelha diante dele para lhe beijar as mãos, no que o primeiro tentou impedir⁶³. O ato de se ajoelhar, a submissão a aquele que seria o novo rei de Portugal indicava o reconhecimento da sua autoridade pelo modelo de nobre ideal desejado pela nova dinastia.

Os bons portugueses são chamados pelo cronista de a “mansa oliveira portuguesa”⁶⁴, por serem os bons frutos daquela árvore. Já os contrários ao Mestre de Avis fazem parte da nobreza tradicional que apoiava as disposições do Tratado de Salvaterra dos Magos, e, portanto, a vinda do rei de Castela como governante. Esses nobres são chamados de “azambujeiro bravo”⁶⁵, que queriam mudar seu “bom fruto em amargoso licor”⁶⁶ e, por isso, deveriam ser extirpados da oliveira portuguesa⁶⁷. São chamados ainda por Lopes de “adoradores de ídolos”, “hereges cismáticos” e “induzidos pelo espírito de Satanás”⁶⁸.

No cerco de Lisboa, quando os castelhanos sitiaram a cidade em 1384 e depois baixaram o cerco, a sua retirada foi vista como a vitória divina de D. João. Entre os “bons portugueses” também pode ser mencionada a *cidade de Lisboa* (viúva e desamparada, segundo o cronista), que é personificada no relato e espera ser salva pelo Mestre de Avis⁶⁹, o seu “senhor e esposo”⁷⁰.

O combate com o rei de Castela é considerado uma provação aos habitantes da cidade, considerados por Lopes como pecadores, e sua fé seria colocada à prova. Eles ficam sem mantimentos e o cronista mostra a fome inclusive das crianças que vão de casa em casa pedir alimento⁷¹.

Os moradores de Lisboa fazem orações e penitências, não sendo atendidos num primeiro momento. Porém ao persistirem nas orações e louvações ao Senhor são salvos por Deus, na medida em que o rei de Castela baixa o cerco, simbolizando uma primeira

⁶³ CDJ, I, p. 322.

⁶⁴ CDJ, I, p. 343-344.

⁶⁵ CDJ, I, p. 343.

⁶⁶ CDJ, I, p. 344,

⁶⁷ ACCORSI JR, Paulo. “Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa”. *A Prosa Civilizadora na Corte do Rei D. Duarte (1412-1438)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1997, p. 103-132.

⁶⁸ CDJ, I, p. 343.

⁶⁹ AMADO, Teresa. *Fernão Lopes, contador de História*. Lisboa: Estampa, 1991, p. 37-40.

⁷⁰ CDJ, I, p. 349.

⁷¹ CDJ, I, p. 307.

vitória do “Messias” de Lisboa, o que depois será explicado pelo sermão de um franciscano, Frei Rodrigo de Cintra, o que visava dar uma carga ainda mais emocional e simbólica ao relato de Lopes e às ações do “escolhido” pela divindade.

1.2. Bons Portugueses e a Bíblia

Após o cerco de Lisboa Fernão Lopes explica que D. João estabeleceria em Portugal o *Evangelho Português*, isto é, o fato de que toda a população seria devotada ao cristianismo e ao papa de Roma. Ele também vincula o fundador da Dinastia de Avis e seu companheiro D. Nuno a importantes figuras bíblicas. D. João é associado a Cristo, aquele que inicia o reino de Deus na terra e que voltará uma segunda vez para estabelecer este reino. Também é associado a Moisés, que conduziu o povo judeu à terra prometida. Já Nuno Álvares é relacionado por Lopes a São Pedro (fundador da primeira igreja cristã)⁷².

Para o cronista, o Mestre de Avis estabeleceria novos tempos de felicidade, quando membros de categoria inferior seriam nobilitados. Esses bons tempos eram identificados com a *Sétima Idade*⁷³. M. Guimarães afirma que além de Fernão Lopes, outro pensador medieval defendia essa era, o catalão Raimundo Lúlio, para quem a dita temporalidade definia-se a partir de um “salvador” e só num momento posterior, a Oitava Idade, é que haveria o fim do mundo⁷⁴.

Sobre a Sétima Idade, porém, podemos afirmar que para a maior parte dos pensadores medievais, como Beda e Santo Agostinho, era vista como época de decadência antes do Juízo Final enquanto que para Lopes esta é uma etapa de prosperidade e alegria, estabelecida por D. João e seus filhos (Dinastia de Avis), ocorrendo o derradeiro Julgamento em data incerta⁷⁵.

Vale ressaltar que, segundo o historiador Armindo de Sousa, embora pregasse tempos de mudança, o reinado de D. João é caracterizado pela inflação, guerras prolongadas

⁷² ZIERER, Adriana M^a de S. A Influência da *Bíblia* na Construção da Imagem de D. João I, o “Messias de Lisboa”. *Revista Diálogos Mediterrânicos*. Curitiba, v.3, 2012, p.137-138.

⁷³ CDJ, I, p. 350.

⁷⁴ GUIMARÃES, Marcela L. A Sétima Idade de Fernão Lopes: novo tempo para os Príncipes de Avis? In: DORÉ, A.; LIMA, L.F.S.; SILVA, L.G. *Facetas do Império na História: conceitos e métodos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 200-201.

⁷⁵ REBELO, Luís de Sousa. *A Concepção do Poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983, p. 61-65.

com Castela, aumento de impostos, como as sisas (que de tributo temporário em época de guerras, passa a ser permanente) e queixas dos pequenos contra os grandes nas Cortes⁷⁶.

Para o cronista, o descerco significava, além da vitória divina, uma vitória no teste de aprovação ao Mestre como o eleito de Deus para governar Portugal, confirmando o seu caráter messiânico.

1.3. Bons Portugueses, Premonições e Milagres

Uma importante premonição sobre a escolha divina de D. João para governar o reino luso é tida por Frei da Barroca. Ele era um franciscano, de origem castelhana, que tem uma visão enquanto estava em Jerusalém. Toma então uma nau, vai até Lisboa e avisa a D. João que ele e seus descendentes seriam os reis de Portugal. A figura do frei é verídica e aparece em escritos franciscanos medievais como a *História Seráfica*, de frei Jerônimo de Belém⁷⁷. Fernão Lopes na sua crônica teve por objetivo central acentuar o caráter teológico das revelações daquele, colocando-o como uma espécie de profeta anunciador de um novo messias, D. João.

É importante destacar a ligação do monarca com os franciscanos. Além de dois deles serem inseridos no relato na função de legitimadores simbólicos do Mestre de Avis (Frei Rodrigo e Frei Pedro), o rei também teve os franciscanos como confessores. Destaco ainda que entre aqueles que poderiam possivelmente associar D. João a um monarca messiânico, estavam grupos dentro do franciscanismo, como os espirituais, partidários das ideias de Joaquim de Fiore sobre a possibilidade de uma nova era.

Como a confirmar a escolha divina sobre o “Messias de Lisboa”, o cronista enfatiza milagres ocorridos, segundo relata, no cerco de Lisboa, como o aparecimento de anjos durante a batalha, a chuva de cera caída do Céu⁷⁸, o fato de castelhanos serem os únicos a serem infectados com a Peste durante o conflito e da mesma não atingir os portugueses⁷⁹.

Esses milagres, associados ao conceito de *maravilhoso cristão*, por serem sancionados por Deus⁸⁰, são explicados no relato através dos discursos de franciscanos,

⁷⁶ SOUSA, Armindo de. D. João I. In: MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, s/d, v. II, p. 497.

⁷⁷ VENTURA, Margarida Garcez. *O Messias de Lisboa*. Um Estudo de Mitologia Política (1383-1415). Lisboa: Cosmos, 1992, p. 29.

⁷⁸ CDJ, I, p. 213.

⁷⁹ CDJ, I, p. 310-311.

⁸⁰ LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Estampa, 1994, p. 49-50.

primeiramente Rodrigo de Cintra, que compara os eventos do cerco a relatos bíblicos. Por exemplo, Lisboa é associada ao cerco sofrido pela cidade de Betúlia imposto pelo rei Olorfenes⁸¹, que se enamora de Judith, a qual depois de embebedá-lo, corta a sua cabeça⁸².

Outro milagre contido nas Escrituras e contado por esse frei foi a peste enviada ao filho do faraó, na décima praga enviada por Deus como castigo ao governante egípcio que não queria permitir a saída dos hebreus de seu reino, associada ao fato de D. Beatriz, esposa do rei de Castela, ser atingida por um bubão da peste, o que teria motivado o descerco⁸³.

O maior prodígio relatado, porém, foi a vitória na Batalha de Aljubarrota, em 1385, quando D. João, auxiliado por técnicas de batalha empregadas por D. Nuno, consegue vencer um exército castelhano maior e mais bem armado⁸⁴. Este é o mais importante milagre da crônica, e segundo Maria Helena Coelho representa a “a consagração absoluta e carismática da nova realeza”⁸⁵.

Os motivos da vitória, associados ao favor divino, são explicados depois por outro franciscano no relato após a batalha, Frei Pedro⁸⁶. Este último vai apresentando em seu discurso uma série de eventos sobrenaturais que culminariam em Aljubarrota e auxiliariam a concretizar a ideia do “Messias” de Lisboa, eleito por Deus para governar o reino e ligado ao “bem”, de acordo com a visão de Lopes.

Antes do triunfo, D. João já havia sido aclamado por crianças ao chegar a Coimbra, antes da coroação, em 1385. Estas o haviam louvado como rei, como se falassem por ‘bocas de profetas’, como é possível observar a seguir:

O Meestre e NunAllvarez e muitos dos que hi viinham, maravilhavamse de esto muito, avemdoo por cousa estranha *asi como millagre*, dizemdo que *Deos os movera a fazer aquello, e fallava per aquelles moços come per bocas de profetas*⁸⁷. (grifo nosso)

Este episódio pode ser comparado à aclamação de Jesus ao chegar a Jerusalém, conforme relatado no *Evangelho de Mateus*⁸⁸. O milagre das crianças-profetas é

⁸¹ CDJ, I, p. 317.

⁸² *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo, Paulus, 1995, Jt, 7.

⁸³ CDJ, I, p. 318.

⁸⁴ Sobre a técnica do quadrado a pé utilizada por D. Nuno e sua estratégia guerreira ver MARQUES, A. H. de O. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1986, p. 530-531; COELHO, Maria Helena. *D. João I*. Lisboa: Questões e Debates, 2008, p. 107-112.

⁸⁵ COELHO, Maria Helena. Op. cit., p. 336.

⁸⁶ CDJ, I, p. 122-129.

⁸⁷ CDJ, I, p. 390.

⁸⁸ *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo, Paulus, 1995Mt 21, 8-9.

teoricamente questionado por Frei Pedro, que alega que as crianças poderiam ter sido influenciadas pelas mães, mas assegura que a aclamação do bebê de oito meses era uma prova incontestável do prodígio divino:

Qũe constringeo a boqua da filha dEsteve Naës Derreado, morador em Évora, *moça pequena de oito meses* nada, que no berço homde jazia se levantou ã cu três vezes, *dizemdo co a mão alçada: 'Portuugual, Portugal, Portugal, por el Rey dom João'*?⁸⁹ (grifos nossos)

Deste modo, a aclamação do Mestre por uma criança que ainda nem sabia falar é apresentada como prova irrefutável do desejo divino, o que é acompanhado pelo comportamento do futuro rei, apresentado como cristão exemplar. Por isso, segundo Fernão Lopes, D. João se mostra um crente fervoroso e dá demonstrações disso ao chegar a Coimbra, antes de sua coroação:

Quando o Meestre chegou açerca della [da cidade de Coimbra], e vio estar a proçissom, deçoosse ell e todollos outros das bestas; e *humilldosamente ficou com os geolhos em terra, e beyjou a cruz, e veosse de pee com a proçissom*; e entrou pella çidade com gram festa e prazer que com ell aviã [...]⁹⁰.

Ao participar da procissão, o futuro rei se ajoelha, demonstrando a sua humildade e beija a cruz, maior símbolo do martírio do Salvador, além de entrar na cidade participando de uma procissão. A veneração e respeito quanto às coisas divinas, suas atitudes como crente, a escolha pelas crianças e por fim a aclamação como monarca, todos esses elementos parecem confirmar a vitória divina em Aljubarrota, que é antecedida pelo fato de D. João passar de regedor a rei através da eleição nas cortes de Coimbra.

2. Bons e Maus Cristãos: Alguns Personagens da crônica

É importante salientar que, segundo o relato, Deus sempre favorece D. João devido à justiça de sua causa: defender Portugal contra o domínio de um reino estrangeiro. Este rei era apoiado pela divindade para governar, segundo Lopes, porque embora não fosse filho legítimo, possuía o carisma do poder, aspecto estudado por Rebelo⁹¹. Através desse carisma, elementos seus provavam a escolha divina como os milagres, as vitórias em conflitos bélicos, a escolha popular sobre a sua figura e o seu caráter de bom homem e modelo de cristão.

⁸⁹ CDJ, II, p. 125.

⁹⁰ CDJ, I, p. 390-391.

⁹¹ REBELO, Luís de Sousa, *A Concepção do Poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

D. João é apresentado como bom soberano, virtuoso e religioso. Procura extirpar do reino práticas pagãs, como a leitura de sortes, por isso prometia a Deus, antes da Batalha de Aljubarrota

guoardar por sempre por sy e por seus sobeçesores queue dahy em diamte, [...] nenhuũ *naõ usase de feitiços*, nem de leguamentos, *nẽ de chamar diabos*, nem descamtaçoẽs, nnem dobra de vedeira, nnem caramtolas, nem soennjos, nẽ lamçar roda, *nem sortes*, nem nenhuũa cousa que arte de ffisiqua [naõ] comsemta. E mais que naõ camtasẽ janeiras nem maias, nẽ outro nenhuũ mês do anno, nnem furtasẽ aguoas, nẽ lançasẽ sortes, nẽ outra ouservançia queue a tal feito pertemçia⁹². (grifo nosso)

O fato de proibir essas práticas da cultura popular mostra a sua persistência em fins do século XIV e ao mesmo tempo confirma a aliança entre D. João e Deus, que depois seria atestada com a sua vitória naquela importante batalha.

No contexto da Guerra dos Cem Anos, D. João, devido à aliança militar com os ingleses, se casa em 1387 com uma dama daquela origem. D. Filipa de Lancastre pode ser considerada também um modelo, tida nos relatos como muito religiosa e que dedicava a maior parte dos seus dias às orações, permanecendo toda a manhã na igreja. Além disso, rezava todos os dias as horas canônicas, as de Nossa Senhora, os sete salmos, o saltério e muitas outras devoções⁹³.

A consorte do primeiro monarca avisino é louvada como uma mulher plena de virtudes, daí ter sido uma excelente esposa e ter educado bem os filhos, vistos como a Ínclita Geração pela historiografia, principalmente os Infantes D. Pedro, D. Fernando, D. Henrique e o rei D. Duarte. Segundo Lopes, após casar-se com ela, D. João abandonou vários vícios e ambos tinham um amor honesto e saudável⁹⁴.

Para Coser⁹⁵, a devoção da rainha, já enfatizada por Lopes, é enriquecida por outras virtudes no relato de Zurara, mostrando que a mesma tinha aversão à vaidade, exercia a prática do silêncio, jejuns, a castidade, entre outras virtudes.

Já a esposa do falecido D. Fernando, D. Leonor Teles, em contraponto com a primeira, era uma mulher ativa e com intenção de agir no poder, sendo considerada culpada pela má administração do rei D. Fernando, segundo Fernão Lopes, chamada por ele de

⁹² CDJ, II, p. 101.

⁹³ MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1981, p. 156.

⁹⁴ CDJ, II, prólogo, p. 3.

⁹⁵ COSER, Miriam. Modelo Mariano e Relações de Poder na Dinastia de Avis. In: XXVI Simpósio Nacional de História. *Anais ...* São Paulo, julho de 2011, p. 3.

“maa molher aleivosa! comprida de toda a maldade!”, ao reproduzir as palavras de um comendador sobre a rainha⁹⁶. Ela era vista pelo cronista como uma espécie de Eva, que teria “enfeitiçado” D. Fernando e causado a crise em Portugal após a morte do marido⁹⁷.

Quanto ao primeiro rei da Dinastia de Avis, é descrito com várias virtudes cristãs, que devemos ressaltar no discurso lopesiano. Por ser devoto da Virgem Maria, após a vitória em Aljubarrota construiu o Mosteiro da Batalha em sua homenagem. Também mandava rezar missas e se fiava na Virgem e em S. Jorge. Lopes louva a sua religiosidade ainda por ter traduzido *o Livro de Horas da Virgem*, além de ter mandado verter o *Novo Testamento* e algumas vidas de santos para a língua portuguesa⁹⁸.

Seu comandante militar, D. Nuno, já referido como modelo de “bom português”, pertencente à “mansa oliveira portuguesa” é o exemplo de nobre ideal e sua imagem está relacionada aos modelos cavaleiresco e hagiográfico⁹⁹. De acordo com Saraiva, “Nun’ Álvares é um herói hagiográfico, tratado à maneira dos sermões dos pregadores das vidas de santos”¹⁰⁰.

Seu desejo era imitar o cavaleiro virgem, predestinado a encontrar o Graal na novela de cavalaria *A Demanda do Santo Graal*, muito difundida em Portugal, mas acabou se casando por imposição familiar. No final da vida D. Nuno efetivamente toma uma atitude dos cavaleiros dessa obra: entra para a vida religiosa, ingressando na Ordem do Carmo, onde morre, já numa ideia de se afastar dos prazeres mundanos. No relato anônimo dedicado a contar a sua vida, a *Crónica do Condestabre*, é dito que do seu corpo após o falecimento exalava um “cheiro de santidade”¹⁰¹, o que mostra na visão do seu cronista anônimo uma intenção de relacioná-lo à pureza espiritual.

⁹⁶ CDJ, I, p. 39.

⁹⁷ COSER, Miriam. Modelo Mariano e Relações de Poder na Dinastia de Avis. In: XXVI Simpósio Nacional de História. *Anais ...* São Paulo, julho de 2011, p. 6-7.

⁹⁸ CDJ, II, prólogo, p. 2.

⁹⁹ ZIERER, Adriana M^a de S. Modelos Educativos de Nobre e Rei Ideal na *Crónica de D. João I. Acta Scientiarum. Education*. Maringá, v. 32, n. 1, 2010, p. 55-66; FERNANDES, Fátima. A construção da sociedade política de Avis à luz da trajetória de Nuno de Alvares Pereira. In: VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. A Guerra e a Sociedade na Idade Média (2008). *Actas*. Campo Militar de S. Jorge/Porto de Mós/Alcobaça/Batalha, 2009, MALEVAL, Maria do Amparo T. Ainda sobre Nun’ Álvares Pereira e o ideal de cavalaria. In: MONGELLI, Lênia Márcia. *De Cavaleiros e Cavalarias. Por Terras de Europa e Américas*. São Paulo: Humanitas, 2012, p. 441-454. Disponível em: editora.fflch.usp.br/sites/editora.fflch.usp.br/files/441-454.pdf, acesso em 29/05/2015.

¹⁰⁰ SARAIVA, António José. *Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, p. 193.

¹⁰¹ *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira* por Autor Anônimo do Século XV (CC). Adaptação de Jaime Cortesão. Lisboa: Sá da Costa, 1972, p. 219.

Nuno Álvares Pereira é apresentado por Lopes como um modelo de virtudes por, além de ser bom cristão, educado, piedoso, destemido, preocupado com os pobres, entre outros qualificativos do cronista, ser considerado por aquele como a “glória e louvor de toda a sua linhagem, cuja claridade de bem servir nunca foi eclipsada, nem perdeu o seu lume”¹⁰². Também era íntegro, benevolente e condescendente com os que tinham inveja dele e procuravam criar intrigas entre ele e D. João. Um episódio menciona que ele ri, quando tentam fazer uma intriga, sem dar grande atenção ao fato¹⁰³.

A crônica relata duas previsões sobre esses dois eleitos. A do pai de D. Nuno, que sonha sobre um filho que sempre venceria batalhas: “[...] avia daver huñ filho, o quall seria sempre vempçedor em todollos feitos darmas em que sse acertasse, e que numca avia de ser vempçido”¹⁰⁴. Outra previsão é relatada na *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes. Ali o rei teria tido um sonho sobre um filho chamado João que apagaria um imenso fogo¹⁰⁵, o que pode ser visto como a solução dos problemas contra Castela que é feita por D. João I.

D. João ao rezar para a Virgem e para S. Jorge tem os seus pedidos atendidos em virtude da sua justiça. A crônica enfatiza em diversas passagens que tanto o rei quanto seu comandante militar serem muito piedosos, como nas suas ações antes e do importante conflito com os castelhanos em 1385. Segundo Fernandes

Antes da Batalha de Aljubarrota, rei e vassalo fazem votos pios, ao contrário do comum de seus homens. O rei promete a peregrinação à Casa de Santa Maria de Guimarães e construção do templo dedicado à Virgem e Nuno Álvares peregrinaria a Santa Maria de Ceixa de Ourém em seu padroado prometendo edificar um convento em seu louvor¹⁰⁶.

Essas ações são cumpridas, tanto através da construção do Mosteiro do Carmo em Lisboa por D. Nuno e de Nossa Senhora da Vitória, por D. João, depois batizado de Batalha e entregue aos dominicanos em 1388¹⁰⁷, confirmando após o conflito a piedade dos dois heróis da *Crónica de D. João I*.

¹⁰² CDJ, I, p. 340.

¹⁰³ CDJ, I, p. 104.

¹⁰⁴ CDJ, I, p. 66.

¹⁰⁵ FERNÃO LOPES. *Crónica de Rei Dom Pedro I*. 2ª ed. revista. Edição Crítica de Giuliano Macchi. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

¹⁰⁶ FERNANDES, Fátima. A construção da sociedade política de Avis à luz da trajetória de Nuno de Alvares Pereira. In: VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. A Guerra e a Sociedade na Idade Média (2008). *Actas*. Campo Militar de S. Jorge/Porto de Mós/Alcobaça/Batalha, 2009, p. 428-429.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 428.

Já D. Juan de Castela, no entanto, seguindo a construção de sua imagem como representante do Anticristo, não consegue que as suas orações fossem atendidas, embora apele para S. Tiago. O cronista insiste no seu não merecimento em vencer os combates, porque segundo a sua concepção, o Juízo de Deus seria feito:

E pois que eles a *Deus* nnã *catarão reveremçia e Ele obrando de seuu direito juizo naõ queria que tão mãos chritãos ouvesẽ de ser quinhoeiros na vitoria* e homra dque a eles o dito Senhor tinha outorguada¹⁰⁸. (grifo nosso)

O texto deixa bem claro que Deus não favoreceria o rei de Castela por ele e seus apoiantes serem “tão maus cristãos”. Várias das suas ações provam que é aliado do antagonista de Cristo, tomando atitudes incorretas como mandar decepar as mãos e cortar as línguas dos habitantes de Trancoso que lhe fizeram resistência, como apontado no trecho a seguir:

[...] el Rey de Castela desta vez entrou em ho Reyno ata que chegou a Leirea nnaõ çesou de usar de toda *crueldade asy em homẽis como mulheres e moços pequenos, mamdamdolhe decepar as mãos e cortar as linguoas* e outras semelhantes crueldades e isso mesmo *poer foguo a igreijas*, espeçialmente a de Saõ Marcos, omde foy a *batalha de Tramcoso* [...]”¹⁰⁹. (grifo nosso).

O cronista ressalta a perversidade do soberano castelhano por atacar não somente homens, mas também, os considerados “fracos”, sem possibilidade de defesa, isto é as mulheres e os “moços pequenos” (crianças). Nesta citação o termo “crueldade” é mencionado duas vezes, indicando o comportamento negativo de D. Juan. Além disso, como a enfatizar a sua má conduta e de ser um aliado do Anticristo está o fato de haver posto “fogo em igrejas”, como a de São Marcos.

O não respeito por seres humanos indefesos e pela representante de Deus na terra, a Igreja, através do ataque a esse estabelecimento em Portugal, provam, no discurso do cronista, que D. Juan de Castela não deveria vencer a guerra contra D. João de Portugal. Isso contribuía, portanto, para ressaltar a oposição entre mau/bom rei e o merecimento deste último em alçar o poder no reino luso, iniciando uma nova dinastia e no dizer do cronista, um novo tempo.

¹⁰⁸ CDJ, II, p. 105.

¹⁰⁹ CDJ, II, p. 64.

Considerações Finais

O combate simbólico entre Deus e o Diabo é um dos traços recorrentes da religiosidade medieval e nos auxilia a compreender o imaginário daquela sociedade, quando o ser humano se via num combate pela salvação de sua alma. A análise de forças diabólicas e cristãs é uma das possibilidades de análise da *Crónica de D. João I*, um dos documentos mais estudados para a compreensão da construção do poder desta dinastia.

Outras possibilidades de interpretação apontam D. João como representante do início da construção de um nascente sentimento nacional, se apoiando principalmente no povo português e na nobreza secundogênita do reino. Há várias redes de oposição na narrativa possíveis de serem salientadas, como o conceito de *bom rei* – o rei justo, que segue o modelo dos bons reis do *Antigo Testamento*, como Josias, Davi, Salomão, tementes a Iaweh e expansionistas¹¹⁰ *versus* o *mau rei*, ligado ao Dragão do *Apocalipse* e ao Anticristo, representado no relato por D. Juan de Castela. Temos também o *bom* e o *mau nobre*, representados de acordo com Lopes, pela imagem da “boa mansa oliveira” portuguesa em oposição ao “azambujeiro bravo”, cujo fruto se convertia em “amargoso licor”¹¹¹.

Num contexto de crise religiosa com a existência de dois papas, o cronista toma partido do papa de Roma, apoiado por D. João e tido por ele como o papa “legítimo”, ao passo que o papa de Avignon, apoiado por D. Juan de Castela é caracterizado como um antipapa e aquele soberano por isso, é chamado pelo cronista de “herético cismático”, em alusão ao Cisma do Ocidente.

Por fim, entre outras oposições vale destacar o exemplo de *rainha boa e piedosa*, D. Filipa, a esposa de D. João, por quem ele tinha um amor “honesto e saudável” e a representante de Eva no reino luso: D. Leonor Teles, a causadora do “mau governo” de D. Fernando, segundo o cronista e, além disso, a principal responsável pela chamada Crise de 1383.

A *Crónica de D. João I*, portanto, se insere numa estratégia discursiva de Fernão Lopes com o objetivo de, segundo a concepção de Nieto Soria, realizar uma *propaganda política* de uma dinastia através da imagem do seu primeiro monarca, D. João. Neste sentido,

¹¹⁰ ZIERER, Adriana M^a de S. A Influência da *Bíblia* na Construção da Imagem de D. João I, o “Messias de Lisboa”. *Revista Diálogos Mediterrânicos*. Curitiba, v.3, 2012, p. 131-132.

¹¹¹ CDJ, I, p. 342-344; ACORSI JR., *op. cit.*, 1997.

há marcadamente no relato os “bons”, apoiantes do Mestre de Avis, vistos como bons cristãos e defensores de uma espécie de sentimento nacional nascente e os “maus”, associados ao Anticristo, ao rei de Castela e por este motivo não conseguem vencer os combates.

Isso ocorre porque as ações divinas, segundo Lopes, visam beneficiar aqueles que são merecedores da Sua justiça. Na *Crónica*, Deus mostra a preferência pela “causa” de D. João, por ele ser o escolhido, possuir analogias com Cristo, e em virtude da correção dos seus propósitos – defender Portugal face a um inimigo externo que vinha invadir o reino, de acordo com a visão do documento.

A divisão da nobreza no reino luso, no entanto, mostra que não havia uma adesão completa a D. João e à “causa portuguesa”. A crônica omite elementos do reinado joanino que não lhe foram favoráveis, como a não realização, na prática, de mudanças substanciais na sociedade. Além disso, vários nobres que o apoiaram anteriormente ficaram descontentes com o rei, que lhes proibiu de possuírem vassallos próprios, como ocorreu até mesmo com o grande herói do relato, Nuno Álvares Pereira.

Esses descontentamentos foram canalizados para a Tomada de Ceuta, em 1415 e o aspecto cruzadístico deste empreendimento, que colocou o governante luso como um grande monarca da Cristandade contra o Islã, embora a manutenção dessa conquista representasse um ônus financeiro para Portugal¹¹².

A escrita de Fernão Lopes, no entanto, preocupou-se em salientar com maestria os motivos do “Messias” de Lisboa para ser rei, o que foi realizado, segundo o cronista, através de combates, premonições e milagres. Estudar este documento, os seus sentidos e os motivos da sua produção auxiliam a compreensão dos estudos sobre o poder e o imaginário político por meio da obra encomendada pela Dinastia de Avis. Através da produção e divulgação desse manuscrito, foi possível conhecer, de acordo com a visão de Fernão Lopes, o favor divino ao novo monarca. Isso consistiu, segundo o cronista, na vitória das forças do bem (Deus) contra o mal (o Diabo), auxiliando, ao longo do tempo, a construção da “Boa Memória” do primeiro monarca avisino, D. João I.

¹¹² SOUZA, Armino de. D. João I. In: MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, s/d, v. II, p. 499.

ANEXO

QUADRO 1.

REDES DE OPOSIÇÃO: BEM VERSUS MAL NA *CRÓNICA DE D. JOÃO I*

BEM (DEUS)	MAL (DIABO)
BONS CRISTÃOS	MAUS CRISTÃOS
MANSA OLIVEIRA	ENXERTOS TORTOS
ARRAÍA MIÚDA E NOBREZA APOIANTE DO MESTRE DE AVIS (SECUNDOGÊNITOS)	NOBREZA TRADICIONAL
MESSIAS DE LISBOA/D. JOÃO I	ANTICRISTO/D. JUAN DE CASTELA
D. FELIPA DE LANCASTRE	LEONOR TELLES
NUNO ÁLVARES PEREIRA	CONDE DE ANDEIRO
PAPA DE ROMA	PAPA DE AVIGNON